

LA INVENCIÓN DE FUTUROS URBANOS

Peter Brand e Fernando Prada
Medellín: Colciencias, 2003. 191p.

Simone Polli

UFRJ

Em *La invención de futuros urbanos*, Peter Brand e Fernando Prada exploram temas recorrentes dentro dos estudos urbanos recentes, como o dos desafios enfrentados pelas cidades em competição por atrair investimentos. A análise, no entanto, inova ao associar o debate das estratégias de competitividade às estratégias de sustentabilidade ambiental, avaliando essas últimas como vetor estratégico de desenvolvimento, bem como suas implicações para as práticas de gestão urbana.

Os autores desenvolvem um estudo comparativo entre as quatro principais cidades da Colômbia: Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla, avaliando as diferentes respostas práticas e estratégias discursivas adotadas a fim de alçá-las ao circuito internacional de cidades. Se, em um primeiro momento, a competição entre as cidades se desenvolvia em torno da distribuição do poder político no plano nacional, com a globalização neoliberal, a concorrência entre as cidades desloca o foco para a atração de grandes empreendimentos no plano internacional.

O livro chama a atenção pela quantidade de questões que trabalha, ampliando o leque de reflexão para o leitor. Que significa ser competitivo em termos urbanísticos, em um país como a Colômbia? Que esforços estão sendo realizados nessa direção nas grandes cidades colombianas? Tais esforços trazem êxito para as economias locais? Quais são suas implicações socioespaciais? O meio ambiente é um fator importante na competitividade urbana? Como entender as iniciativas para melhorar o meio ambiente diante da severa crise social que assola as populações urbanas? Como é possível haver “sustentabilidade” no desenvolvimento capitalista? Existindo tão poucas afinidades entre neoliberalismo e ambientalismo, por que governos neoliberais têm procurado políticas ditas “ambientais”? Por que no período de desregulação neoliberal o meio ambiente é objeto de “uma retórica regulatória”, enquanto o Estado se retira das frentes de garantia de bem-estar como moradia, saneamento, saúde, emprego...?

Eis a hipótese central dos autores: as estratégias ambientais das grandes cidades atuam para conter e

ocultar as contradições e os conflitos sociais provenientes das estratégias de competitividade. Essas estratégias responderiam a um novo entorno econômico, assumindo os desafios das empresas como um projeto urbano e racionalizando-os em termos de políticas de desenvolvimento. Para buscar comprovar tal hipótese, os autores analisam as narrativas de competitividade e sustentabilidade adotadas pelos responsáveis pelas políticas urbanas, assim como suas implicações estruturais.

A ambientalização do urbano faz parte de uma construção discursiva – não remete apenas à gestão material de ecossistemas, mas a um conjunto de condições ideológicas mediante as quais se controem os problemas e as maneiras de tratá-los. A questão ambiental remete a problemas de governabilidade e legitimidade em tempos de transformação radical da ordem socioespacial. Saindo dos serviços públicos convencionais, o Estado precisa se legitimar por outros meios – e o ambiente é conveniente. Não haveria uma “racionalidade ecológica”, mas uma retórica ambiental no jogo de poder, que busca adequar os cidadãos e a administração dos conflitos aos requisitos da cidade empresarial competitiva

A narrativa da competitividade se apresenta como parte de uma nova era, uma ruptura, um lugar para o encontro discursivo entre os atores urbanos, uma metáfora universal que cumpriria a função de integrar as diversas narrativas sobre a cidade. Nela, a empresa privada assume liderança em detrimento dos governos locais. No entanto, os autores esclarecem que essas estratégias são assumidas acriticamente, fazendo parte de um “pacote neoliberal” que debilita o Estado e garante facilidades à empresa privada e ao mercado. Como expressão local dos princípios macroeconômicos do neoliberalismo, isso significaria uma forma de privatização das políticas públicas.

A partir da análise das condições socioespaciais das quatro cidades, Brand & Prada concluem que, na Colômbia, os efeitos das estratégias de competitividade não são diferentes dos já conhecidos no resto do mundo: concentração de renda, aumento da pobreza, fragmentação e polarização espacial. Diferentemente, porém, das estratégias especificamente econômicas, as estratégias ambientais têm demonstrado grande diversidade de enfoques e originalidade em sua formulação. Elas se ajustam aos estilos dos governos e aos planos de desenvolvimento, compartilhando desafios de governabilidade e de legitimação das administrações locais ante as condições culturais e urbanísticas específicas às cidades.

A tradução da gestão ambiental em um novo projeto urbano depende, assim, da maneira como se mobilizem sentidos ambientais em razão das condições culturais e políticas específicas pertinentes aos problemas de governabilidade e legitimidade de cada localidade. Em Medellín, foca-se em pacificação; em Baranquilla, em disciplina social, e assim por diante.

Os autores afirmam que há um entendimento empobrecido da questão do meio ambiente, quando esse é usado como “campo neutro” na resolução dos conflitos que se articulam ao redor da “ordem natural”, tendo como base “leis naturais” de auto-regulação. Com efeito, o meio ambiente tem servido para resolver ambigüidades ou proporcionar a normatização coercitiva das relações cidadãs. Alertam ainda para o fato de que as críticas ao desenvolvimento sustentável tendem a descuidar da dimensão política do meio ambiente. A sustentabilidade ambiental pode, por vezes, adquirir um caráter de ideologia, ao transladar as contradições do desenvolvimento neoliberal a um plano diferente e construir soluções pretensamente “neutras”, inscritas na experiência sensorial.

Acima de tudo, os autores ressaltam a capacidade das estratégias ambientais de construir valores e normas de comportamento. Pois os discursos da competitividade econômica e da sustentabilidade ambiental constroem representações da realidade urbana pela invenção de futuros aparentemente desconexos: um mundo da economia e da produção, por um lado, e, por outro, da ecologia e da vida sensorial. As narrativas tendem a se encontrar; porém, ao afirmar-se que um ambiente ecologicamente saudável atrai investimentos.

Assim, os autores deduzem que as estratégias de sustentabilidade têm atuado para conter politicamente as contradições sociais que afloram a partir da estratégia de competitividade. Quanto mais se agudizam os fracassos econômicos e as frustrações sociais, mais necessárias se tornam, politicamente, as estratégias ditas de sustentabilidade ambiental.

Em sua conclusão, Brand & Prada propõem a necessidade de mudanças das práticas urbanas por meio de diretrizes políticas que aumentem a legitimidade, a governabilidade e a justiça social para as cidades, e para tanto recomendam um debate crítico sobre as atuais estratégias, a participação dos agentes locais na formulação das políticas nacionais, o fortalecimento das economias internas e o aprofundamento da política ambiental como projeto social.

A IDÉIA DE CIDADE: ANTROPOLOGIA E FORMA URBANA EM ROMA, ITÁLIA E NO MUNDO ANTIGO

Joseph Rykwert

São Paulo: Perspectiva, 2006, 267p.

Fernando Diniz Moreira

UFPE

Publicado inicialmente nas páginas da revista holandesa *Forum*, editada por Aldo van Eyck, *A idéia de cidade (The idea of a town)* ganhou realmente notoriedade a partir de sua publicação inglesa revisada, de 1976. Não é apenas um livro sobre cidades da Antigüidade, mas, como todos os bons livros de história da arquitetura e da cidade, é instigado por questões atuais, questões que continuam a desafiar o profissional preocupado com a cidade.

Muitas vezes, somos levados a pensar que, se o estado atual de nossas cidades é fruto apenas das pressões de mercado, nós, arquitetos-urbanistas, estaríamos absolvidos de qualquer culpa. Rykwert, entretanto, não concorda em aderir a esse pacto conivente. O livro é uma crítica aos urbanistas que consideram a cidade “exclusivamente pela perspectiva da economia, da higiene, dos problemas de tráfego ou dos serviços”, como sabiamente notou Van Eyck na apresentação da publicação original. É uma crítica àqueles profissionais que reduziram a cidade a abstrações, quando adotaram critérios estritamente funcionais, e a observaram pelo prisma único da habitação.

Rykwert mostra que o tecido urbano que estrutura a vida da cidade precisa ser mais duradouro do que aquela sociedade específica que o gerou. Os tecidos urbanos devem ser claramente reconhecíveis de modo a permitir ao cidadão de uma época ler sua cidade, entender seus níveis superpostos e, o mais importante, situar-se em relação aos seus antepassados e aos seus concidadãos. O objetivo de Rykwert não consiste em mostrar como era o planejamento das cidades na Antigüidade, mas sim, como os planejadores de cidade pensavam seu ofício e como recorreram aos rituais e mitos para formar o ambiente urbano. Longe de adotar uma visão idílica, ele se mostra plenamente consciente das mazelas e dos problemas da cidade antiga e não advoga um retorno a uma suposta ordem antiga.